

A CIVILIZAÇÃO HELENÍSTICA E A SUA LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL¹

Prof.^a Doutoranda Luciene de Lima Oliveira (UFRJ - Bolsista CAPES)

RESUMO

O presente artigo tem por escopo tecer considerações a respeito da Civilização Helenística e a sua língua de “comunicação internacional”, isto é, a *koiné*. Ressalte-se que esse dialeto grego serviu de base para a propagação do Evangelho nos primórdios do Cristianismo.

Palavras-chave: Civilização Helenística; Koiné; Diáspora; Cristianismo

Os movimentos dos povos, voluntários ou forçados, atingem uma nova escala. Todos podem viajar livremente, como nunca até então, exceptuados os assaltantes. Roma limpa os mares de piratas e a terra de salteadores. “Graças a Roma – escreve Ireneu, bispo de Lião, do fim do século II –, mesmo os cristãos podem percorrer os caminhos sem receio, e viajar até onde quiserem”. Os governantes helenistas abriram o mundo. (FERGUSON, 1973: 21)

Costuma-se datar o *Período Helenístico* a partir das conquistas do macedônio, Alexandre Magno (336 a.C.) até o domínio romano da Grécia (146 a.C.). A propósito, Finleysublinha que foi, no Período Helenístico, que a civilização grega se expandiu para leste, de onde a aristocracia greco-macedônia governava grandes territórios do Próximo Oriente (Síria e o Egito), sob o domínio de monarcas absolutos (FINLEY, 1963, p. 26).

Graças às conquistas de Alexandre - que teve por mestre o filósofo grego Aristóteles; adquirindo, portanto, uma cultura profundamente helênica -, a cultura grega foi difundida pelo Egito, por todo o Oriente Médio, pela Mesopotâmia, chegando até à Índia. O macedônio sucedeu a seu pai, o rei Filipe II, quando esse foi assassinado em 336 a.C.

Acredita-se que o vasto império de Alexandre Magno era superior a 9.000.000 km². O estado maior era o dos Selêucidas, correspondendo cerca de dois terços do *Império Alexandrino*. Assim sendo, o helenismo se espalhou por cidades variadas que não tinham origem grega, diziam-se

helenizadas.

Convém citar o historiador italiano Arnaldo Momigliano que ressalta que “a civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e, sobretudo, na consciência de si mesma. A suposição tácita em Alexandria e Antioquia, exatamente tanto quanto em Atenas, era a superioridade da língua e dos hábitos gregos” MOMIGLIANO, 1991, p. 13) .

Sublinhe-se que, na Palestina, a transição do domínio persa para o macedônio não teve maiores problemas.

A Macedônia, conforme Mossé, era um dos Estados localizados nos limites do mundo grego. Atualmente, aceita-se que os povos, que habitavam essas regiões, seriam os últimos bandos de invasores de língua grega que haviam chegado à península balcânica. Assim, ao habitarem o norte da região, viviam como pastores seminômades. Porém, somente, no século VII a.C., surgiu um poder centralizado, onde a realeza se transmitia de modo hereditário. Os soberanos macedônios se diziam gregos em suas origens (MOSSÉ, 2004, pp. 18-19).

Durante o *Período Helenístico*, atesta-se, na *Diáspora* (Dispersão) ou na Palestina, entre os judeus vários nomes próprios pessoais gregos, citem-se: André, Filipe, Alexandre entre outros. É bom destacar que a língua grega, ao se expandir pela Palestina, faz com que os habitantes utilizem tanto o grego quanto o aramaico.

Acredita-se que exista uma diferença entre os judeus que vivem na Judéia, cuja helenização é “superficial” e os judeus da *Diáspora*, especialmente, os do Egito, da Anatólia e da Síria, onde a assimilação da cultura grega foi mais profunda.

A propósito, a Macedônia, ao se destacar em relação às demais nações, acarretou profundas mudanças na vida e no pensamento hebraicos.

Como pontua o helenista Lévêque, a emigração dos Judeus para fora da Judéia era um fato antigo, uma vez que remontava pelo menos à grande catástrofe de 586: tomada de Jerusalém por Nabucodonosor, seguida pelo Exílio. É a *Diáspora* (Dispersão), que se acentuou quando a conquista de Alexandre Magno anexa a Palestina ao mundo grego. A área desta dispersão é considerável, uma vez que avaliou-se em 8 milhões a população judaica mundial na época helenística. A população judaica está, principalmente, agrupada em quatro zonas: Babilônia, Síria, Anatólia, Egito, possuindo, cada uma delas, mais de um milhão de judeus. Não obstante, há, igualmente, em grande número na Cirenaica, nas ilhas do Egeu, na Grécia

e até na África, na Itália e na Hispânia. Ressalte-se que é no Egito que os judeus da *Diáspora* são bem mais conhecidos (LÉVÊQUE, 1987, pp. 49-50).

Alexandre Magno conquistou o Egito em 332 a.C., fundando a cidade de Alexandria. Após a morte do macedônio, o Egito ficou sob a supervisão do general Ptolomeu I Sóter em 323 a.C.

A helenista Fernanda Lima faz determinadas observações dignas de nota em relação ao “Egito Helenístico”. A pesquisadora chama a atenção que a cultura helênica teve “seus encontros fundamentais com a cultura egípcia, entretanto, no período alexandrino a situação é potencializada, pois, para além dos encontros culturais que as trocas comerciais podem promover entre os povos há uma intenção do estado em promover o encontro entre as etnias” (LIMA, 2004, p. 74).

Quando os romanos subjugaram o Egito em 30 a.C., esse era chamado de “o celeiro do Império”, devido a sua fertilidade, sendo governada, diretamente, pelos imperadores romanos.

Durante os reinados de Calígula (37-41 d.C.), Cláudio (41-54 d.C.) e Vespasiano (69-79 d.C.), houve muitos conflitos entre hebreus e egípcios, principalmente, em Alexandria.

A campanha de conquista de Alexandre à Índia em 326 a.C. foi bem sucedida quando, finalmente, venceu Poro, o soberano indiano mais temível. É bom lembrar que Ciro II, o Grande e Dario I abrangeram suas conquistas até à Índia. Porém, muito cedo as terras que se encontravam longínquas se libertaram da dominação persa. Ora, o poderio da Macedônia sobre a Índia também fora efêmera.

A Índia é mencionada, no *Antigo Testamento*, como sendo um limite oriental do império do rei Assuero (Et 1, 1, 8-9). Em relação à Índia helenística, Lévêque é enfático, pois destaca que, em toda a idade helenística, há uma outra epopéia, a dos mercadores que conduzem para o mediterrâneo os produtos de luxo da Índia ou do Afeganistão: marfim, pedrarias, pérolas, perfumes, especiarias, musselinas, madeiras preciosas (LÉVÊQUE, 1987, pp. 211-212).

Alexandre Magno conquistou a Fenícia sem muitos problemas até o advento do Império Romano, em que Pompeu incorporou ao seu império em 64 a.C. Desde os tempos mais primitivos estabeleceram relações com o Egito. Esse, por sua vez, exerceu uma hegemonia sobre a Fenícia até a 19ª dinastia. Os fenícios preferiam pagar tributo aos conquistadores a guerre-

ar. A Fenícia exportava o cedro – um de seus produtos mais famosos – para o Egito.

A cultura fenícia sofreu influências de diversos modelos estrangeiros como egípcios, mesopotâmicos, anatólios e egeus. As cidades fenícias se transformaram em grandes centros de difusão do *helenismo* no Oriente Médio.

Pode-se dizer que hebreus e fenícios possuíam boas relações amistosas. Convém lembrar que, quando Josué combateu contra os reis do norte, não guerreou contra os fenícios (Js 11, 1-15). O *Novo Testamento* menciona a Fenícia como o lugar onde uma mulher sírio-fenícia suplicou a Jesus para curar sua filha (Mt 15, 21-28).

Cristãos oriundos de Jerusalém anunciaram o evangelho na Fenícia após a dispersão dos cristãos, depois do apedrejamento de Estevão (At 11, 19; 15, 3).

Como propõe Lévêque “nem mesmo os desertos da África e da Arábia constituem obstáculos intransponíveis à penetração do helenismo, mas não será de admirar que ele seja muito mais superficial nestas regiões” (LÉVÊQUE, 1987, p. 192).

Os etnólogos acreditam que a grande Península da Arábia seja a pátria-mãe de todos os povos semíticos que, por meio de irrupções se estabeleceram na área em torno do “Crescente Fértil”.

Uma outra região que não escapou à conquista Macedônia e do helenismo foi a Pérsia. Sublinhe-se que os povos iranianos são incluídos entre os medos e os persas. Porém, a história primitiva desses dois povos são obscuras, sendo que os persas, mais tarde, se tornaram mais importantes, historicamente, que os medos.

Finley enfatiza que, após a morte de Alexandre, houve lutas e discórdias entre os seus generais. A história política helenística é, por vezes, repulsiva, de guerra contínua, má fé e muitos assassinatos. Assim, os três reinos principais lutaram de modo ininterrupto para abranger seus territórios. Havia também as lutas internas, movimentos de independência, não somente entre as cidades gregas, como também na Judéia sob a liderança dos Macabeus. No início do século II a.C., com o enfraquecimento dos reinos, Roma invadiu-os. Então a “integração do mundo helenístico, no Império Romano, processou-se pouco a pouco” (FINLEY, 1963, p. 146).

Ora, em face da expansão colonizadora e imperialista do rei macedônio, a koiné veio a ser a língua comum de comunicação internacional.

Era comum que, no século IV, a influência do dialeto ático se espalhasse e se destacasse em relação a outros dialetos; a adoção por Filipe da Macedônia fez com que Alexandre e seus sucessores continuassem a empregá-lo. Estes reinos exigiam uma linguagem comum e encontraram-na num ático modificado. Convém lembrar que os outros dialetos gregos não se perderam totalmente, foram absolvidos, e o jônio, especialmente, teve importância na formação da koiné.

Na verdade, a língua falada² pelos macedônios era o antigo macedônio, também uma língua indo-européia. O antigo macedônio foi, gradualmente, a partir do século IV a.C. substituído pela *koiné*.

Assim é que o *Novo Testamento* foi escrito em grego *koiné*³ por homens de diversas profissões. Sublinhe-se que o dialeto ático, agora, com formas jônicas e com várias expressões da linguagem corrente, denominou-se de *he koinè diálektos*, isto é, a “língua comum” (conforme já foi mencionado) que também recebe a denominação de “*Koiné Alexandrina ou Helenística*” (OLIVEIRA, 2008, p. 26).

É bem verdade que uma língua é passível de mudanças no decorrer dos tempos, sendo essas mudanças um processo gradual e dinâmico. A evolução da língua representa o resultado de duas forças opostas: uma, a força conservadora e a outra, a inovadora.

A propósito, o *Novo Testamento* como um todo e a maioria das obras dos autores cristãos - sejam eles Apologetas ou Padres da Igreja Oriental, poetas etc. - empregaram a *koiné helenística*, para que tivessem acesso a muitos povos a serem convertidos ou doutrinaados em uma época que se seguiu à atividade apostólica dos doze discípulos.

Pontua-se que, de acordo com a tradição religiosa, a Septuaginta é a tradução das Escrituras Hebraicas para a língua grega realizada por setenta e dois eruditos judeus na segunda metade do século III a.C. em Alexandria, no reinado de Ptolomeu II Filadelfo. Convém lembrar a importância e a utilidade da LXX nos primórdios do Cristianismo. No *Novo Testamento*, as citações do *Antigo Testamento*, muitas vezes, são da LXX⁴.

Ressalte-se que mesmo após o advento e a ampliação territorial de nações subjugadas (como a Macedônia, o Egito, a Grécia, a Gália, a Germânia, a Síria, a Trácia, a Palestina) por parte do Império Romano (I a.C. – V d.C.) – que tinha o latim como língua materna – a *koiné* continuou sendo a “língua de comunicação” pelas terras conquistadas, agora, pelos romanos.

Pode-se dizer que o grego era bem mais comum do que o próprio latim mesmo em Roma. Contudo, como sublinha a helenista Guida Horta, a superioridade militar, política e econômica dos Romanos, não foi o suficiente para erradicar, ou mesmo suplantar, nem a influência cultural, nem a língua comum difundida entre os povos helenizados, a qual permaneceu evoluindo e afirmando-se cada vez mais, no Oriente, até tornar-se a única modalidade do grego falado e escrito, durante o subsequente período bizantino (que se estendeu do V ao XV séc. de nossa era) (HORTA, 1988, pp. 81-93).

Finley destaca que a parte oriental do Império (Romano) foi ainda grega - grega helenística – até ao fim. O Cristianismo primitivo foi pregado a gregos, judeus helenizados e outros povos helenizados das províncias orientais, na língua e com as técnicas dos retóricos gregos. Não era utilizado o *Antigo Testamento* em língua hebraica, mas a tradução grega realizada no decorrer do segundo e terceiro séculos a.C. (FINLEY, 1963, p. 153). O Império Romano era bilíngue, uma vez que, na Europa Ocidental, falava-se o latim e, no Oriente Helenizado e na Grécia (que havia se tornado província romana desde o II século a.C.), falava-se em *koiné*.

Na verdade, o helenismo expandiu-se para Roma com sua cultura, fazendo do Império Romano um mundo greco-romano.

Ressalte-se que o pesquisador italiano Momigliano lembra que o que sobressai na civilização helenística é, justamente, o papel que dois grupos estrangeiros desempenham: os judeus e os romanos. Por um lado, os judeus continuaram convencidos que suas crenças eram superiores; por outro lado, os romanos agiam a partir de uma posição de força, preservando, assim, a sua identidade e superioridade.

Na verdade, pagavam aos gregos, para que esses lhe ensinassem a sua cultura; não obstante, por vezes, nem pagavam, pois os gregos eram seus escravos. Os romanos, ao assimilarem as convenções literárias, formas artísticas, idéias filosóficas etc., colocaram a si próprios e aos gregos em uma situação recíproca inigualável. Os romanos fizeram da própria língua um instrumento que podia rivalizar com o grego e transmitir as idéias helênicas com precisão (MOMIGLIANO, 1991, pp. 16-17).

É bem verdade que o latim não constitui uma língua original bíblica, como o é o hebraico (língua original do *Antigo Testamento*, apesar de haver trechos em aramaico, sobretudo, em Ed 4, 8 a 6, 18; 7, 12-26; Dn 2, 4 a 7, 28; Jr 10, 11) e o grego (língua original do *Novo Testamento*), mas influenciou o léxico do grego bíblico⁵.

Aliás, a língua grega também influenciou o vocabulário do latim dito cristão, assim, tem-se empréstimos linguísticos do grego *koiné* para o latim ‘cristão’, citem-se, por exemplo: *apostata*, *apostolus*, *baptizo*, *catechumenus*, *diaconus*, *episcopus*, *angelus*, *charisma*, *evangelium*, *martyr*, *anathema* etc.

Pode-se considerar o latim e o grego como dois idiomas que são considerados como veículos “multisseculares da transmissão das tradições e da doutrina religiosas, constituindo-se nas duas línguas litúrgicas do Cristianismo” conforme Guida Horta (HORTA, 1988, pp. 81-93).

O historiador Funari destaca que os povos conquistados pelos romanos poderiam continuar utilizando a língua materna e seus costumes. Jesus e os seus discípulos, além de falarem o aramaico, possuíam uma religião diferente da dos romanos (FUNARI, 2002, p. 126).

Ora, convém lembrar a cena de Pentecostes ocorrida em Jerusalém, onde se encontrava uma grande variedade de povos e de raças (At 2, 5: 13).

Salienta-se que, pelo fato dos hebreus terem se utilizado do aramaico como uma língua, em determinadas passagens bíblicas do *Novo Testamento*, o aramaico passou a se chamar *hebraico* (Lc 23, 38; Jo 5, 2; 19, 13, 17, 20; At 21, 40; 26, 14; Ap 9, 11).

Como destaca o teólogo Silva, “quando o NT menciona hebraico, trata-se, na realidade, do aramaico”. E, ainda, pontua que Deus não enviaria seu Filho ao mundo, enquanto esse não estivesse preparado, e esse preparo incluía uma língua conhecida por todos (SILVA, 1979, p. 73). Convém citar Marcos 1, 15 que fala de um “tempo completo” e Gálatas 4, 4 que menciona a perfeição /a plenitude do tempo que havia chegado, quando Deus enviaria o seu Filho.

A propósito, a *Koiné Neotestamentária* possui características peculiares com influências semíticas (hebraico e aramaico) no seu léxico como: *amén*, *rhabboní*, *Messias*, *abbâ*, *allelouíá*, *Gabriel*, *Ioséph*, *Abraám*, *hosanná* dentre outros.

Mckenzie ressalta que mesmo depois que o grego se tornou a língua da cultura literária, da política e do comércio, o aramaico continuou sendo a língua do povo até ser substituída pelo árabe, depois das conquistas maometanas do século VII depois de Cristo e até mais tarde (MCKENZIE, 1983, p. 68).

Interessante lembrar é que, quando Jesus Cristo estava na cruz,

Pilatos escreveu um título em letras gregas, hebraicas (diga-se aramaico) e latinas, isto é, foi uma inscrição trilingue (Jo 19, 19-20).

Assim, de acordo com os versículos supracitados, atesta-se o latim como a língua dos romanos dominadores, o grego como a língua de ‘comunicação internacional’ e o hebraico (diga-se, o aramaico palestinese) como a língua nativa da Palestina.

Além dos *latinismos*, dos *hebraísmos* e dos *aramísmos*, no grego bíblico do *Novo Testamento*, atesta-se outros tipos de ‘estrangeirismos’ diversos, tais como: egípcio, indiano, Macedônio, fenício, árabe, persa, vocábulos semíticos variados e, ainda, vocábulos de origens obscuras. Na verdade, a koiné assimilou vários vocábulos estrangeiros em sua difusão pelas ‘regiões helenizadas’.

Assim é que pode-se considerar a *koiné* como a língua da evangelização cristã nos primórdios do Cristianismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FERGUSON, John. *A Herança do Helenismo*. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.
- FINLEY, M. I. *Os Gregos Antigos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1963.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 126.
- SILVA, Antônio Gilberto da. *A Bíblia Através dos Séculos*. Rio de Janeiro: CPAD, 1979.
- HORTA, Guida Nedda Barata Parreiras. Helenismo e Cristianismo. Em: *Calíope – Presença Clássica*. Rio de Janeiro, nº 7, p. 81-93, julho / dezembro, 1988.
- LÉVÊQUE, Pierre. *O Mundo Helenístico*. Tradução de Teresa Meneses. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1987.
- LIMA, Fernanda Lemos de. A Morada da Deusa: O Egito Helenístico, Encontros Culturais, Vivências Políticas e Poéticas. Em: *Principia*. Rio de Janeiro, XII, pp. 74, 2004.
- MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os Limites da Helenização*. Tradução de Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

MOSSÉ, Claude. *Alexandre, o Grande*. Tradução de Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

OLIVEIRA, Luciene de Lima. *Gramática de Grego Bíblico – Neotestamentária* – Tomo I. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2008.

Notas

¹ O presente artigo é um resumo e uma adaptação de: *He Koinè Diálektos*, Uma Abordagem Histórica, Linguística e Teológica, publicado, em 2010, pela Revista Eletrônica NEARCO.

² Acredita-se que o antigo macedônio seja um descendente do protogrego (um suposto ancestral comum a todas as variantes da língua grega). O protogrego, no fim do terceiro milênio, era falado na Península Balcânica.

³ Tem-se uma controvérsia, aliás, em torno do livro de Mateus que alguns estudiosos acreditam ter sido escrito em aramaico primeiramente. O primeiro escrito *Neotestamentário* foi a epístola paulina aos cristãos da Tessalônica (I Tessalonicenses em 52 d.C.), e o último livro foi o Apocalipse de João em 96 d.C.

⁴ Muitos dos judeus e gentios em geral que estavam em Jerusalém no dia de Pentecostes (33 d.C.) eram de regiões onde se falava o grego. Sem dúvida, eles costumavam ler a LXX (At 2, 9-11). O apóstolo Paulo, em suas viagens missionárias, pregava a muitos gentios e a “gregos que adoravam a Deus” (At 13, 16, 26; 17, 4, 12).

⁵ Todavia, não se deve esquecer da existência da versão latina da Bíblia, muito famosa, – a *Vulgata* – feita por Jerônimo em 387-405 d.C. Ele traduziu o *Antigo Testamento*, diretamente, do hebraico e o *Novo Testamento*, do grego.